

A INSCRIÇÃO DO SUJEITO NAS LETRAS DE MÚSICAS “PRA QUE MENTIR?” E “DOM DE ILUDIR”: A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE E DA INTERSUBJETIVIDADE¹

Marilda Alves Adão Carvalho²

RESUMO: Com este estudo, de cunho qualitativo-descritivo, almeja-se identificar, descrever e analisar a organização da categoria de pessoa nas letras de músicas “Pra que mentir?”, de Vadico e Noel Rosa, e “Dom de iludir”, de Caetano Veloso, a fim de se chegar ao como nelas se inscreve o sujeito e, especificamente, constroem a subjetividade e a intersubjetividade, conceitos tidos como basilares na teoria benvenistiana.

Palavras-chave: enunciação; subjetividade; intersubjetividade.

THE ENTRY OF THE SUBJECTIVITY IN THE LYRICS OF “PRA QUE MENTIR?” AND “DOM DE ILUDIR”: THE CONSTRUCTION OF SUBJECTIVITY AND INTERSUBJECTIVITY

ABSTRACT: In this qualitative and descriptive study, based on Emile Benveniste’s Enunciation theory, we aim to identify, describe and analyze how the category of person is organized in the song lyrics “*Pra que mentir*”, by Vadico and Noel Rosa, and “*Dom de Iludir*”, by Caetano Veloso. Our purpose is to understand how the subject is inscribed within the lyrics and, specifically, how the lyrics build the subjectivity and the intersubjectivity, fundamental concepts in the Benvenistean theory.

Keywords: enunciation; subjectivity; intersubjectivity.

Considerações Iniciais

Uma leitura atenta e minuciosa de Flores (2008) propicia a compreensão de que a Linguística da Enunciação de Émile Benveniste se configurou, desde seu surgimento, como uma teoria voltada ao estudo da língua numa perspectiva social e como um fenômeno vivo, dinâmico, porque pensada e analisada em funcionamento, no qual há uma articulação conjunta

¹ Texto apresentado à disciplina “Teorias Linguísticas”, Curso de Doutorado, Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Apoio: CAPES

² Professora efetiva do curso de Letras da Universidade Estadual de Goiás - Campus de Quirinópolis; mestre em Língua Portuguesa pela PUC/SP; doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia. Tem interesse nas áreas de Sociolinguística Variacionista, ensino e aprendizagem de língua portuguesa, leitura e escrita.

entre forma e sentido no exercício do discurso, tomado por Benveniste (2006a), como manifestação da enunciação; instância discursiva e formas complexas, bem ao contrário do que ocorre na gramática tradicional, em que há oposição entre a materialidade linguística (forma) e conteúdo (sentido).

Na teoria benvenistiana, a concepção que se tem de língua(gem) é de *lócus* e instituinte da subjetividade – a inscrição do eu – que adquire significação plena numa intermitente relação com a intersubjetividade – a inscrição do tu. Nesse sentido, as estruturas linguísticas adquirem relevância sem igual, haja vista elas portarem sentidos e facultarem a inscrição do “homem na língua”.

Frente a essa visão, por considerar que se alvitra aqui uma análise das letras de músicas “Pra que mentir?” e “Dom de iludir”, textos que se constituem *corpus* do trabalho proposto, o interesse é o de desvelar, com a análise, os sentidos inscritos nos textos por meio de marcas enunciativas, especificamente, aquelas pertinentes à categoria de pessoa. Em busca desse sentido, será necessário passar pela construção do discurso, do sujeito da enunciação e, conseqüentemente, da subjetividade e da intersubjetividade, conceitos basilares da teoria da enunciação e desse estudo.

Nesse sentido, ao se optar por uma investigação fundamentada na Linguística da Enunciação de Benveniste, opta-se por apresentar, de início, os pressupostos básicos da teoria escolhida e/ou aqueles dela tomados como pertinentes à pesquisa e, em seguida, a descrição e a análise do *corpus* que, em articulação com o quadro teórico, não somente encaminhará ao alcance do objetivo delimitado, mas também às considerações finais.

2. A Projeção de um Olhar sobre a Linguística da Enunciação, de Émile Benveniste

A linguística da enunciação benvenistiana, conforme asseveram Flores e Nunes (2007), caracteriza-se como de base estruturalista, fortemente marcada por influência de Saussure, de quem Benveniste tomou algumas noções, concepções e/ou conceitos, redimensionando-os, reconstruindo-os com a inclusão do “homem na língua”. Nesse processo de redimensionamento e de reconstrução de concepções, o que bem diferencia os estudos benvenistianos dos de Saussure é o reconhecimento da natureza social da língua, concebida no consenso social. Enquanto Saussure opta por estudar a língua como um código inflexível e,

por isso, fechado, Benveniste opta por tomá-la e investigá-la como interação, assim também como forma de significação.

A compreensão dessa outra dimensão da língua propiciou o tratamento de questões como as de sentido, sujeito, discurso e, por conseguinte, facultou à linguística da enunciação o afastamento de sua gênese teórica, de tal modo a ultrapassar a linguística da língua saussuriana, uma vez que passa a compreender que não há neutralidade nos usos linguísticos e, assim sendo, a língua não é só forma, mas também conteúdo, estando sempre aberta a uma significação, de tal modo a propiciar ao homem ser e estar com o outro pela linguagem.

Sob a égide da leitura dos autores supracitados e mesmo de Benveniste, entende-se haver uma ruptura dos estudos enunciativos benvenistianos com a instrumentalidade linguística, nos quais aparecem questionamentos que possibilitam remeter-se à noção de “instrumento” como artefato, isso em razão de sua materialidade frente à imaterialidade da língua(gem), da qual o homem não se dissocia. Pensar a língua(gem) como instrumento de comunicação implica pensá-la reduzida ao mecanicismo da troca de mensagens entre um emissor e um receptor, sem se levar em conta a sua natureza social e o conteúdo linguístico que a reveste e adquire sentido no momento de seu uso, tal como ocorre na teoria da enunciação.

A concepção que se tem, desse modo, de enunciação, segundo o estudo de Benveniste (2006c, p. 82), é o de “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, funcionamento que se consubstancia como condição *sine qua non* para a existência da língua. Já o “ato individual” reporta-se ao caráter singular e irrepetível da enunciação, pois cada discurso é único, em tempo, pessoa e espaço também únicos. Reis e Lopes (1988) afirmam que se trata de um ato individual de atualização da língua em um determinado contexto comunicativo. O produto do ato enunciação é o enunciado: a enunciação é assim logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado.

O “colocar a língua em funcionamento” pode ocorrer sob diversos aspectos, dentre os quais o autor aborda apenas três: o da realização vocal da língua; o da conversão da língua em discurso, isto é, sua semantização e o quadro formal de realização da enunciação, em que há a proposta de um quadro geral de possibilidades e/ou caracteres a serem investigados pela linguística da enunciação.

Ao apresentar esse quadro de possibilidades, Benveniste (2006d) descreve o que ele denomina “aparelho formal da enunciação”, um dispositivo que faculta às línguas serem

enunciadas e/ou ao locutor – aquele que enuncia – apropriar-se da língua e poder influenciar de algum modo seu alocutário. Knack e Silva (2013) postulam que

Quando Benveniste, em *O aparelho formal da enunciação*, explora os aspectos da enunciação e, em especial, quando sintetiza o procedimento de semantização da língua (segundo aspecto), entendemos que explicita uma possível via para que entendamos o complexo jogo de operações em que se encontra envolvido um locutor quando atualiza a língua em discurso (pp. 271-282).

Pensar esse jogo de operações implica pensar as organizações linguísticas estabelecidas por locutor e alocutário no momento da relação discursiva, quando, então, a língua se semantiza e transforma-se em discurso, bem como o locutor se manifesta como sujeito, por força do uso que faz de elementos do aparelho formal. Vale, assim, o pensamento de Barbisan (2004, p. 77) de que “[...] Benveniste não articula língua e fala, mas forma e sentido, ou melhor, pela enunciação, associa aparelho formal e sentido”.

O estabelecimento de articulação entre forma e sentido, conforme proposto por Benveniste, decorre da ideia por ele pré-concebida de que a língua(gem) está a serviço da significação, a qual está integrada à natureza linguística, de modo a validar que o homem, ao falar e escrever, se remete não só ao plano da expressão, mas também ao plano do conteúdo. Ele afirma que (2006e, p. 222) “antes de qualquer coisa a linguagem significa, tal é o seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções no meio humano”. O interesse primeiro do autor é, nessa perspectiva, a significação, de modo a teorizar não sobre o sujeito em si, mas sobre a sua representação na língua, ou seja, sobre as marcas do sujeito no discurso.

2. O Eu ↔ Tu e o Ele na Linguística da Enunciação: Categoria de Pessoa e Não-Pessoa

Considerando-se a existência de uma materialidade linguística, a qual possibilita ao indivíduo manifestar-se como sujeito, Benveniste (2005a) define como categoria de pessoa os verbos e pronomes, sendo que os pronomes, bem distintivamente do que é configurado na gramática normativa tradicional, têm como pessoas do discurso somente a correlação “eu/tu”, visto que somente eles retratam o papel de atividade dos falantes no ato de enunciação. Além do mais, pode-se dizer que esses pronomes são tidos como vazios, de forma que só se plenificam na realidade do discurso, no ato de colocação da língua em funcionamento por um indivíduo falante. Para Fiorin (2010, p. 41) “a categoria de pessoa é essencial para que a linguagem se

torne discurso. Assim, o *eu* não se refere nem a um indivíduo nem a um conceito, ele refere-se a algo exclusivamente linguístico [...]”.

O pronome “ele”, por sua vez, caracteriza-se como “não pessoa”, pois tem referência objetiva, externa ao enunciado, ou seja, independe da instância do discurso e/ou do ato da enunciação para se plenificar. Nesse sentido, a não-pessoa pertence ao nível sintático da língua(gem), oposto às pessoas “eu/tu”, que pertencem a seu nível pragmático. E, em se tratando do “nós/vós”, Benveniste desmistifica a ideia impregnada pela gramática tradicional de eles pluralizarem as pessoas “eu/tu”, pois, o que ocorre, segundo ele, é a junção de um “eu” com um “não-eu”. Para Flores *et al.* (2008b),

Tanto o uso de *nós* se amplifica em uma pessoa mais solene, com maior autoridade no *nós majestático*, quanto se amplifica em uma pessoa mais difusa, com contornos indefinidos no *nós de orador* ou *de autor*. A mesma análise é feita para *vós*, tanto no uso coletivo quanto no uso da polidez a passagem do *tu* ao *vós* exprime pessoa generalizada (p. 79).

Quanto à categoria de pessoa, é preciso considerar, ainda, a atualização do “eu” como dependente de uma realidade discursiva, de interação, pois a assunção do sujeito enunciativo implica uma relação dialética, de reversibilidade entre “eu-tu”, ou seja, o enunciador passa a alocutário; alocutário passa a enunciador. Há, dessa forma, uma dependência entre essas duas categorias, pois ao enunciar, o “eu” espera que seu enunciado encontre ressonância no “tu”, conseqüentemente, devolvendo-lhe outro ato enunciativo, momento de assumir-se não mais como alocutário, mas, sim, como enunciador.

Cumprir mencionar que, muito embora, neste trabalho, seja dado relevo à categoria de pessoa, Benveniste propõe, também, as categorias de espaço e tempo da enunciação, reconhecidamente, o “aqui” e o “agora”. Para o autor, o sujeito-locutor, ao fazer uso da língua(gem) e enunciar, acaba por estabelecer a noção de tempo e de espaço. Este definido como o lugar em que ocorre a fala; aquele, o momento singular e irrepitível da enunciação.

Vizeu assevera que (2003, p. 5) “a enunciação constitui a âncora da relação entre a língua e o mundo: ela permite representar os fatos no enunciado, constituindo, ela própria, um fato, um acontecimento único definido no tempo e no espaço”. Essa afirmação do autor faculta a compreensão de que o homem ao fazer uso da língua e/ou ao enunciar o faz para se remeter a uma realidade, às coisas do mundo, enfim a um fato, construindo, portanto, o enunciado ou o discurso, o qual, por ocorrer num dado lugar e num dado momento, caracteriza-se como estritamente linguístico e estritamente histórico.

3. O Eu↔Tu na Linguística da Enunciação: A Subjetividade e a Intersubjetividade na Linguagem

A constituição do sujeito, conforme visto, se dá numa constante movência e/ou reversão do *status* de “locutor” em uma atividade discursiva, atividade essa em que o ser-sujeito instaura na linguagem a subjetividade, a qual Benveniste (2005b, p. 286) vê como a possibilidade de o *eu* emergir a partir do momento em que diz *eu*. “É ‘ego’ que diz ego” e/ou “a capacidade do locutor para se propor como sujeito”.

Por sua vez, Gomes (2004, p.148) elucida a subjetividade como “[...] uma propriedade da língua realizável pela categoria de pessoa”, afirmação que vai ao encontro da de Santos (2002), para o qual o fundamento da subjetividade repousa sobre a categoria de pessoa presente no sistema da língua. Todavia, essa subjetividade depende da inversibilidade do par eu-tu, que assegura um fator fundamental na atribuição de sentido à categoria de pessoa – a intersubjetividade.

Essas concepções conduzem ao entendimento do “eu” como elemento definidor da enunciação, muito embora deva se ressaltar que mesmo a subjetividade estando sempre marcada em um discurso, de forma transparente ou subjacente, o “eu” não é suficiente para a ocorrência de um ato enunciativo, haja vista que ao enunciar, o discurso do locutor se dirige, naturalmente, a um outro, a um interlocutor.

Benveniste toma como impossível se conceber os sujeitos da linguagem sem a existência da polaridade eu-tu, como se a linguagem fosse um simples sistema estímulo-resposta, segundo perspectiva behaviorista. Logo, corrobora-se o pensamento benvenistiano, tendo em vista que pensar a linguagem como estímulo-resposta implica tomá-la num plano mecanicista em vez de num plano de atividade, num plano dialético, pois se abortam os conhecimentos, e o processo de comunicação se dá na linearidade, conforme proposto por Jakobson (1969). Nessa perspectiva, não há uma verdadeira ação, trabalho da/com a linguagem, que possibilite a transmutação de meros falantes em sujeitos do discurso. Tem-se a simples troca de mensagens entre um emissor e um receptor, destituindo-se, desse modo, a natureza social da linguagem.

Ao se considerar a linguagem na concepção dialética, social, compreende-se que a subjetivação só se instaura diante do outro. Assim sendo, afirma Benveniste (2005c, p. 286), “[...] Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a *mim*, torna-se o meu

eco – ao qual digo tu e que me diz *tu*. A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental”. A instauração da subjetividade está, nesse sentido, na dependência da implantação do outro diante do locutor, visto à improbabilidade da constituição do sujeito enunciativo, sem o locutor estar constituído por ele (o outro).

Por conseguinte, pensar a subjetividade implica pensá-la projetada numa relação de intersubjetividade entre os sujeitos discursivos, relação que se configura como condição *sine qua non* para que o “eu” ganhe vida e para que a linguagem se efetive como um meio de ação sobre “outro e com o outro”, na forma de enunciação.

Em busca da essência do pensamento de Benveniste sobre a intersubjetividade, pode-se expressá-la como a relação de reciprocidade entre o eu ↔ tu, assim como o meio de a língua(gem) se constituir, por excelência, como social, numa relação dialética entre os sujeitos discursivos. Logo, ao se analisar os textos eleitos como *corpus* desse estudo, espera-se desvendar essa reciprocidade e dialeticidade, visto que, ao se confrontar os textos, não só se evidenciará um como resposta ao outro, como também se configurará uma escrita com características de oralidade, em razão de se aproximarem de uma interação imediata, como se houvesse uma conversa face a face entre locutor e interlocutor. Poder-se-á notar, ainda, nos textos uma linguagem mais espontânea, mais solta, subjetiva, dialogada, com repetição de palavras e/ou expressões – características essas próprias do gênero oral –, o qual não se discutirá aqui com maior exaustão, visto não ser o interesse primeiro deste trabalho.

Nessa linha de raciocínio e/ou sob o direcionamento desses pressupostos teóricos, é que se explicitam, pois, a metodologia e a análise do *corpus* escolhido para esse estudo.

4. Procedimentos Metodológicos

Em função da natureza deste trabalho, ele se caracteriza como descritivo-qualitativo e apresenta como *corpus* dois textos: “Pra que mentir?” e “Dom de iludir”, letras de músicas, respectivamente, de Vadico/Noel Rosa e Caetano Veloso, os quais foram escolhidos por apresentarem características e/ou marcas pertinentes à categoria de pessoa, facultando, desse modo, a verificação da subjetividade e da intersubjetividade construída na linguagem e, portanto, o alcance do objetivo proposto.

Para se referir à intersubjetividade, com o intento de conduzir o leitor a uma melhor compreensão de como ela é tecida não somente na linguagem de um texto, mas também ao se

correlacionar a linguagem de um com a de outro, optou-se por dispor os textos lado a lado, identificando-os numericamente, conforme se vê abaixo.

Ressalta-se que, para a análise do *corpus*, será considerada a numeração de cada texto, o que demandará do leitor a constante remissão a eles, mesmo porque, em vez de se recuperar na análise os versos dos textos, preferiu-se a recuperação de versos, por meio de numeração, conforme a disposição desses na estrofe.

5. Apresentação do *Corpus* do Trabalho

TEXTO 1	TEXTO 2
<p>Pra que mentir? Vadico e Noel Rosa</p>	<p>Dom de Iludir Caetano Veloso</p>
<p>Pra que mentir Se tu ainda não tens Esse dom de saber iludir Pra quê? Pra que mentir, Se não há necessidade De me trair?</p>	<p>Não me venha falar de malícia De toda mulher Cada um sabe a dor e a delícia De ser o que é. Não me olhe como se a polícia andasse atrás de mim.</p>
<p>Pra que mentir Se tu ainda não tens A malícia de toda mulher? Pra que mentir, se eu sei Que gostas de outro Que te diz que não te quer?</p>	<p>Cale a boca, e não cale na boca Notícia ruim. Você sabe explicar Você sabe entender, tudo bem. Você está, você é, você faz, Você quer, você tem.</p>
<p>Pra que mentir tanto assim Se tu sabes que eu sei Que tu não gostas de mim? Se tu sabes que eu te quero Apesar de ser traído Pelo teu ódio sincero</p>	<p>Você diz a verdade e a verdade É o seu dom de iludir. Como pode querer que a mulher vá viver sem mentir?!...</p>

Ou por teu amor fingido?	
--------------------------	--

6. O Desvelar dos Textos: Uma Análise Enunciativa

No texto 1, “Pra que mentir”, tomado aqui como um ato enunciativo, o sujeito da enunciação é um homem, fortemente dominado pelo sentimento de dor da traição da mulher amada, a qual se caracteriza como o “tu” da presente enunciação e a quem ele (o sujeito), obviamente, se dirige ou fala, questionando-a sobre sua infidelidade não camuflada. No momento em que o enunciador se dirige a um interlocutor, tem-se caracterizada, assim, a enunciação, o que se dá, segundo Benveniste (2006f, p. 87), pela “acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo”. Relação discursiva que se caracteriza como condição para o “discurso”.

A marcação do sujeito da enunciação está explícita no emprego da categoria de pessoa/pronome “eu” e pelo pronome “me”, enfatizando a afirmação de Benveniste (2006g, p. 278) de que “eu significa a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém eu”. Logo, o locutor, ao se assumir como sujeito do discurso, instaura a subjetividade do discurso ali construído, subjetividade fundamentada linguisticamente na noção de pessoalidade.

Já o interlocutor é marcado pela categoria de pessoa/pronome “tu”, pela forma verbal “gostas” e pelo pronome “te”, de modo a se poder afirmar a intersubjetividade do texto, visto a presença da segunda pessoa apontar para a interação, para o diálogo que pressupõe a reversibilidade de papéis de sujeito do discurso. E é nessa reversibilidade que se instaura a intersubjetividade.

Há, nesse texto, uma persistente busca do locutor por respostas de seu interlocutor, busca essa expressa com o emprego da interrogação, que, de acordo com Benveniste (2006h, p. 86), refere-se à “enunciação construída para suscitar uma ‘resposta’, por um processo linguístico que é, ao mesmo tempo, um processo de comportamento com dupla entrada”. Logo, a interrogação nos versos 4 e 6, da estrofe 1; nos versos 3 e 6, da estrofe 2 e nos versos 3 e 7, da estrofe 3, ao se caracterizar como busca de resposta, demonstra e/ou materializa a intermitente necessidade do “outro” pelo “eu”, a fim de se constituir como sujeito-enunciador e estabelecer a reciprocidade dialógica, a qual concretiza e/ou enfatiza a intersubjetividade da

linguagem, e a afirmação de Benveniste (2006i, p. 285) de que “[...] É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem”.

No 3º verso da estrofe 2, na expressão “...toda mulher”, há o emprego de uma não-pessoa, expressa pelo pronome “toda”. A referência se constitui externa ao discurso e configura-se como uma generalização, visto que o sujeito da enunciação, numa atitude machista e preconceituosa, quer expressar que todas as mulheres traem, embora consigam esconder, dissimular, enquanto seu interlocutor, a mulher amada, é incapaz de assim agir. Também no verso 5 “Que gostas de outro”, é empregada outra não-pessoa, o pronome indefinido “outro”, que se remete a um referente externo à enunciação: à terceira pessoa do círculo amoroso, ou seja, o amante, causador da tristeza e dor do sujeito da enunciação.

No texto “Dom de iludir”, Caetano Veloso cria como locutor uma mulher que implanta como seu interlocutor um homem, ao qual ela se dirige para ironizar a sua postura machista e preconceituosa em relação às ações dela. Esclarece-lhe que tanto quanto ela, ele (ou o homem) mente, mas dissimuladamente. Portanto, a impossibilidade de ela (ou a mulher, de um modo geral) viver sem mentir, conforme ele deseja.

A marcação do locutor como sujeito da enunciação e, conseqüentemente, a instauração da subjetividade se dão, nesse texto, com o emprego dos pronomes “me e mim”, que bem demonstram a assunção do locutor como o “eu” do discurso. Quanto ao interlocutor, esse se marca na presente enunciação com a utilização dos pronomes “você, seu”, os quais instauram a intersubjetividade na/da linguagem.

Necessário se faz elucidar, ainda, o emprego da intimação em alguns enunciados do texto, visto que o sujeito-enunciador dá ordens a seu interlocutor em “Não me venha falar de malícia”; “Não me *olhe...*”; “*Cale* a boca, e não *cale* na boca”. A intimação, tal qual a interrogação no último verso da estrofe 2, constitui-se um recurso da língua pelo qual há a instauração do “tu” pelo “eu”, tendo em vista a comunicação intersubjetiva, a interação e/ou a relação de dialogia. Para Benveniste (2006, p. 86), trata-se de “ordens, apelos concebidos em categorias como imperativo, o vocativo, que implicam uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação”.

Nesse texto, assim como no texto 1, há o uso implícito, em duas ocorrências, de uma não-pessoa em “De toda mulher” e em “Como pode querer que a mulher vá viver”. Nesta, o

substantivo “mulher”, de 3ª pessoa, equivalente ao pronome “ela”, tem tanto referência interna quanto externa à enunciação, pois o sujeito enunciador se refere a ela mesma enquanto mulher, assim como se refere ao sexo feminino como um todo.

Ao se passar à análise dos textos não mais em separado, mas numa relação conjunta, nota-se que “de cá” em (Pra que mentir?), posiciona-se o homem, sujeito da enunciação e “de lá” em (Dom de iludir), posiciona-se a mulher, seu interlocutor. Todavia, levando-se em conta que se estabelece um diálogo (entre os dois textos) entre a figura masculina e a figura feminina, há a reversibilidade entre o “eu/tu”, o que deixa clara a construção da intersubjetividade, a qual perpassa toda a linguagem do discurso, assim como a instauração da subjetividade, quando cada um enuncia como “eu”.

Considerações Finais

A análise dos textos – letras de músicas “Pra que mentir?”, de Vadico e Noel Rosa, e “Dom de iludir”, de Caetano Veloso, facultou, à luz dos pressupostos teóricos da Linguística da Enunciação de linha benvenistiana, desvelar os sujeitos da enunciação, bem como os seus interlocutores como “um homem e uma mulher” que neles (nos textos) se revelam na/pela linguagem, num processo dialógico em que o foco da discussão é a traição da mulher.

No texto “Pra que mentir?”, foram encontradas marcas enunciativas, como pronomes de 1ª pessoa e verbos que evidenciaram a assunção do sujeito: um homem/locutor que “toma a palavra” e enuncia-se como “eu”, assim como marcas que revelaram como “tu” (interlocutor) uma mulher. Já em “Dom de iludir”, as marcas da enunciação, como pronomes, também, de 1ª pessoa, e verbos retrataram como sujeito a mulher, a qual, ao se enunciar como “eu”, estabeleceu a interlocução com um homem, interlocutor marcado enunciativamente com formas linguísticas apropriadas.

Ambos os textos apresentam/apresentaram o emprego da não-pessoa, haja vista a referência a seres externos à enunciação, e outros recursos linguísticos, como a interrogação e a intimação, caracterizados como marcas enunciativas que favoreceram marcar, por sua vez, a relação enunciador-interlocutor.

A análise dos dois textos conjuntamente, isto é, numa inter-relação, permitiu demonstrar, mais claramente, a reversibilidade eu ⇔ tu e, conseqüentemente, a reversibilidade do papel de sujeitos da enunciação, pois os dois textos, ao dialogarem entre si, configuram uma

relação dialógica bem definida entre o homem e a mulher, podendo-se perceber que para cada enunciação de um corresponde há enunciação do outro.

Conclui-se, portanto, que as formas e/ou recursos linguísticos pertinentes à categoria de pessoa, utilizados nos textos, ao desvelarem os sujeitos discursivos e a dialogia estabelecida entre eu↔tu, facultaram compreender como a subjetividade e a intersubjetividade da linguagem foram construídas nos textos, assim como compreender a relevância dessas formas para a construção dos sentidos da enunciação, realidade que comprova o postulado de Benveniste (2006j, p. 222) de que “antes de qualquer coisa a linguagem significa, tal é o seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções no meio humano”. Com esse pensamento do autor, pode-se afirmar que ao homem é dada a possibilidade de ser e agir com/pela língua(gem), porque se ela é, também, conteúdo, conseqüentemente, é portadora de sentidos, de significados vários, que são tecidos discursivamente na relação eu↔tu.

Referências Bibliográficas

BARBISAN, L. B. 2004. *Língua e fala: conceitos produtivos de teorias enunciativas*. In: FLORES, V. N.; BARBISAN, L. B.; TEIXEIRA, M. (orgs.). Colóquio Leituras de Émile Benveniste. Revista *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, dez. v. 39, n. 4, pp. 67-78.

BENVENISTE, E. 2006. *Problemas de lingüística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes Editores

_____. 2005. *Problemas de lingüística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luísa Neri. Campinas, SP: Pontes Editores.

FIORIN, J. L. 2010. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática.

FLORES, V. do N.; TEIXEIRA, Marlene. 2008. *Introdução à Linguística da Enunciação: São Paulo: Contexto*.

_____; NUNES, P. Á. 2007. *Linguística da enunciação: Uma herança saussuriana?*. In Revista *Organon*, Porto Alegre: n° 43, julho-dezembro.

GOMES, N. M. T. 2004. *Em busca de um conceito de língua em teorias da enunciação*. Revista *Letras de Hoje*, v. 39, n. 138, pp. 137-150, dez.

KNACK, C. e SILVA, C. L. da C. 2013. *De Saussure a Benveniste: os caminhos da conversão da língua em discurso*. Revista *Nonada*. v. 1, n° 20, pp. 171-182. <http://seer.uniritter.edu.br/index.php/nonada/article/viewFile/687/460> - acesso em 05 de janeiro de 2015, às 19h.

JAKOBSON, R. *Aspectos linguísticos da tradução*. In: _____. *Linguística e comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1969.

REIS, C.; LOPES, A. C. M. 1988. *Dicionário de teoria da narrativa*. São Paulo: Ática.

VIZEU A. 2003. *A produção de sentidos no jornalismo: da teoria da enunciação à enunciação jornalística*. In: Revista *FAMECOS*, Porto Alegre: nº 22, quadrimestral, dezembro.

Recebido em: 08/08/2016

Aceito em: 30/08/2016